



PREFEITURA DE MAUÁ
Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação
cme@educacao.maua.sp.gov.br

REUNIÃO CME – MAUÁ - 14/12/2022

Aos quatorze dias do mês de dezembro de 2022, através do link <http://http://meet.google.com/kvq-kcwj-uni>, ocorreu a reunião ordinária do Conselho Municipal de Mauá com a presença dos seguintes conselheiros e conselheiras: Maria Cristina, Maurício, Genirce, Sandra, Lucas, Luiz, Rodrigo, Claudinei e Raquel e com a seguinte pauta: Renovação da Portaria da Escola Infantil " Professora Edna", Jd. Héliida/ área de manancial (a portaria atual vence em 31/12/2022). Participação da Débora do Jurídico e Socorro. Serão feitos os esclarecimentos da Renovação Provisória da Portaria por um ano. Documentos solicitados: 1- Laudo de habitabilidade (Planejamento); 2- AVCB (Bombeiro); 3- Licença Sanitária (Saúde). O presidente do CME, Professor Maurício inicia os trabalhos de hoje, agradecendo a presença de todos e todas, e faz uma breve explanação sobre a pauta, passando a palavra à Profª Débora da Assessoria Especial. Débora combina sobre as interferências com a Socorro, para que façam a explanação em conjunto. Inicia sua fala dizendo que voltamos à mesma pauta do ano anterior, quando apontou a mesma necessidade de agora: Portaria Provisória de Funcionamento da Escola Profª Edna. O impasse continua sendo a falta de legalização do terreno, localizado em área de proteção de mananciais. Desde 1996 o loteamento não foi aprovado por conta da legislação Estadual de 1976, e como foi considerado irregular, o então proprietário doou a área à prefeitura. A área é pública e de mananciais, e para que seja legalizado, o terreno deve ter, no mínimo, 500m² e destes 20% sem construção. Débora continua explicando que existe um Comitê da Bacia do Guaió, que na verdade é um sub comitê da Bacia do Rio Tietê, que discute a regularização da área do Jd. Héliida, mesmo por que ali há vários comércios e residências que aguardam decisão do Estado. A minuta da lei está na ALESP, e precisa ser aprovada para a prefeitura legalizar a área. De acordo com a Deliberação 16 do CME, no artigo 8º inciso IX: “na ausência do Alvará de Funcionamento, descrito no inciso VIII poderá ser aceito, a título provisório, laudo técnico firmado por engenheiro civil ou arquiteto com registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), responsabilizando-se pelas condições de segurança, habitabilidade e pelo uso do prédio para o fim proposto, bem como, cópia do protocolo de pedido de Alvará de Funcionamento, acompanhado da planta ou croqui, junto aos órgão municipais. §1º A autorização de funcionamento, caso emitida dentro dos parâmetros do inciso IX, terá validade de 1 (um) ano, renovável por mais 1 (um)”. Além do Laudo de habitabilidade a escola apresenta AVCB emitido em 04/10/2022 e encaminhamento para Licença de Funcionamento junto à Vigilância Sanitária. A escola também é acompanhada pela Divisão de Escolas Particulares, comprovando que o serviço prestado estão dentro das políticas educacionais da cidade. O mantenedor aguarda decisão do CME para abrir novas vagas e matrículas para o próximo ano letivo. Débora continua, dizendo que essa situação deverá se repetir até que o Governo do Estado regularize a situação, e mediante o exposto, tanto Débora quanto Socorro, veem a possibilidade da escola continuar a funcionar, e abrem às perguntas. Lucas relembra que já discutimos esse assunto, e justamente no artigo 8º, e que não vê nada que impeça que a escola funcione, uma vez que já existe há muitos anos. Não vê objeção para que a escola funcione por mais um ano. Luiz pergunta se o mantenedor não foi atrás de regularizar, e Débora explica que até poucos



dias atrás o mantenedor não tinha a certeza do por quê não conseguia a documentação necessária para continuar funcionando. Débora esclarece que a minuta da Lei está anexada ao Processo Administrativo para reforçar que o município está se preocupando e acompanhando o processo de regularização. Sandra Chinchio também se manifesta favorável a aprovação e propõe que os conselheiros votem no chat sobre a aprovação ou não. O registro foi feito no chat da reunião o resultado está anexo a esta ata. Após a votação, verificou-se que a aprovação foi por unanimidade. Ainda mais havendo a ser tratado o Presidente do CME de Mauá, Profº Maurício Leme dá por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos e a participação de todos nas reuniões do ano e eu, Maria Cristina Morgado Loureiro, secretariei esta reunião e manifesto minha presença de acordo com o print da tela e lista de presença em anexo.

Lista de presença - 14/12/2022

Representantes	Nome	Frequência
Titular	Maria Cristina Morgado Loureiro	P
Titular	Maurício Leme da Silva	P
Suplente	Geraldina Ferreira Canuto	
Suplente	Rita de Cássia Freitas Santos	
Titular	Claudinei Bonaldo	P
Titular	Claudineide S. dos Santos	
Suplente	Paulo Henrique L. Silva	
Suplente	Kelly Cristina A. Santos	
Titular	Genirce de Oliveira Fernandes	P
Titular	Filomena Franco de Oliveira	
Titular	Nicole Fleury Galetti Galvão Rodrigues	
Titular	Rosana Maciel Bilar	J
Suplente:	Rodrigo Antonio da Rocha	P
Suplente	Raquel Pereira de Carvalho	P
Suplente	Gabriela Tavares dos S. Nogueira	
Suplente	Ana Maria Sapanos Lacerda	
Titular	Suellen Apª de Campos	
Titular	Silvana do Nascimento Pereira	
Suplente	Juliana de Moraes dos Santos	
Suplente	Eivani Gonçalves da Silva	
Titular	Juscelino Barbosa Alves	
Titular	Tatiara Monique Secundo da Silva	
Suplente	Edilson Soares da Paixão	
Suplente	José Evilânio Alves da Silva	
Titular	Wagner Cipriano de Araújo (APROMAM)	



PREFEITURA DE MAUÁ
Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação
cme@educacao.maua.sp.gov.br

Titular	Lucas Miranda (SINDSERV)	p
Titular	Luiz Antonio de Paula (UDEMO)	P
Titular	Sandra Regina Chinchio Nascimento (CAPESP)	P
Suplente	Laura Rosa Lins (CASSAP)	
Suplente	Manoel da Paz da Silva (UDEMO)	
Suplente	Alexandra Pechtoll Ferreira (APROMAM)	
Suplente:	Edjane Gomes de Menezes (AFUSE)	